



**Governo do Estado de São Paulo  
São Paulo Previdência  
Conselho de Administração**

**ATA DE REUNIÃO**

**Nº do Processo:** 152.00007484/2025-03

**Interessado:** Diretoria Executiva da SPPREV

**Assunto:** Ata da 552ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva

**DATA:** 12/03/2025

**HORÁRIO:** 09:00

**LOCAL:** Sala de reunião dos Conselhos da São Paulo Previdência, na Avenida Rangel Pestana, 300, 12º andar, ala Dom Pedro, às 09h00min e telepresencialmente.

**PRESENTES:** Sra. Presidente Marina Brito Battilani; Sr. Vice-presidente Reinaldo dos Santos Lima; Sr. Diretor de Administração e Finanças, André Moura Robles; Sr. Diretor de Benefícios do Poder Executivo, Fernando Zanelli; Sr. Diretor de Inatividade e Pensão Militar, Cel David Antonio de Godoy, Sra. Diretora Interina de Tecnologia e Relacionamento, Adriana Afonso Barcelos; Sr. Chefe de Gabinete, Allan David Soares; Sr. Diego Fernando Ferreira de Oliveira; Sr. José Carlos Novais Junior e Sr. Marcos de Oliveira Campos.

**CONVIDADOS:** Sr. Auditor Independente, Ediclei C. de Ávila.

**ORDEM DO DIA:**

Com a palavra, o Sr. André Moura Robles iniciou a reunião explanando sobre o fluxo da aprovação do Balanço da autarquia, informando que após a análise e aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria Executiva, o relatório é apresentado e aprovado pelo Conselho Fiscal da SPPREV, que emite um parecer que é encaminhado à apreciação do Conselho de Administração que irá deliberar de fato pela aprovação ou não das contas apresentadas, de modo que, por fim, o Tribunal de Contas do Estado auditará as contas e as julgará. Informou as datas das referidas reuniões e explicou sobre o formato da apresentação do Balanço, destacando que ao final, os Auditores Independentes iriam realizar uma breve apresentação indicando seu parecer com relação à contabilidade da São Paulo Previdência. Iniciando a apresentação, o Sr. André Moura Robles em conjunto com o Sr. Marcos de Oliveira Campos passou a explicar a composição das demonstrações contábeis da SPPREV, que se subdividem em: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Passaram então a apresentar os números do Balanço Orçamentário, ou seja, a demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas, em comparação com os valores provisionados, sendo que

são divididos em: receitas correntes, receitas de capital, despesas correntes e despesas de capital. Em sequência, passaram a explanar sobre o Balanço Financeiro, que informa sobre as receitas e despesas orçamentárias, além de evidenciar os ingressos e dispêndios extraorçamentários (conjugados com os saldos do último exercício e os que serão transferidos para o próximo), de modo que foi traçado um comparativo entre os exercícios de 2023 e 2024, sendo os ingressos divididos em: receitas orçamentárias, transferências financeiras recebidas, “outras movimentações financeiras recebidas”, recebimentos extraorçamentários e os saldos do último exercício, já os dispêndios são divididos em: despesas orçamentárias (que são recursos vinculados ao RPPS), transferências financeiras, “outras movimentações financeiras”, pagamentos extraorçamentários e os saldos para o próximo exercício, sendo que entre os anos em tela, houve um aumento de cerca de R\$ 3,5 bilhões. Ato contínuo, passaram a apresentar o Balanço Patrimonial, que é a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial do ente, de modo que os ativos e passivos são divididos entre circulantes e não circulantes, atendendo aos critérios estabelecidos nos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, sendo que este relatório também traça um comparativo entre os exercícios de 2023 e 2024, que evidenciou a queda do patrimônio líquido de R\$ - 5,9 bi para R\$ - 6,7 bi. Seguiram então para a Demonstração das Variações Patrimoniais, que destaca as alterações verificadas no patrimônio e indicam o resultado patrimonial do exercício, também traçando um paralelo entre os exercícios de 2023 e 2024, subdivididas entre variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, de modo que o resultado patrimonial do período foi de cerca de R\$ - 580 milhões. Passaram a apresentar a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que demonstra o ingresso de valores que decorrem de receitas originárias e derivadas, desembolsos relacionados com a ação pública e demais fluxos (na SPPREV, se trata de fluxo de operações), sendo que o relatório, que também apresenta o comparativo entre 2023 e 2024, se subdivide em: fluxo de caixa das atividades das operações, fluxo de caixa das atividades de investimentos e fluxo de caixa das atividades de financiamentos. Em seguida, passaram a explanar sobre os principais impactos e os pontos importantes do Balanço, sendo: o comparativo da insuficiência financeira, caixa e equivalentes, composição do imobilizado (bens imóveis), composição do passivo não circulante e provisões (ações judiciais), precatórios depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, passivo contingente (riscos possíveis) e patrimônio líquido. Com relação ao comparativo da insuficiência financeira, explicaram que não houve receita de insuficiência financeira em 2024, por conta do Decreto nº 67.446/2023. Quanto ao detalhamento do caixa (e equivalente), demonstraram uma queda de aproximadamente R\$ 30 milhões entre o exercício de 2023 para 2024, entretanto, ao analisar o detalhamento do imobilizado (bens imóveis), destacaram que praticamente não houve alteração entre os exercícios, sendo que a única diferença ocorreu pela redução do valor recuperável dos imóveis que apresentaram valor de avaliação inferior ao valor contábil líquido (avaliação de 2023). No tocante às ações judiciais (passivo), explicaram que a Procuradoria Geral do Estado faz um provisionamento dividido em: risco provável, risco possível e risco remoto, destacando que cerca de 118.247 ações foram classificadas como de risco provável durante o exercício, de modo que os valores comparativos entre os dois exercícios diferem em aproximadamente R\$ 200 milhões, enquanto a diferença no detalhamento do passivo não circulante, por conta do registro dos precatórios, foi mais notória. Logo após, apresentaram as principais ações judiciais registradas tanto no contencioso geral quanto na área fiscal/tributária, discriminando o passivo judicial por temas, valor, número de ações, risco e área do Direito. Seguiram apresentando a questão dos precatórios após a Lei de Responsabilidade Fiscal, indicando que entre os exercícios ocorreu um aumento de 27,1% no número de requisitórios, somando 14.500 em 2024, sendo que, ato contínuo, destacaram que cerca de 9.754 ações judiciais em que a SPPREV figura no polo passivo foram classificadas como de risco possível, com um aumento de cerca de R\$ 30 milhões comparado ao passivo contingente do ano anterior. Em sequência, com relação ao patrimônio líquido, constataram um déficit em virtude do aumento de registros patrimoniais de precatórios após a Lei de Responsabilidade Fiscal e do aumento nos registros de obrigações exigíveis a longo prazo nas ações classificadas como de perda provável. Logo após, passaram a explanar sobre o resultado da auditoria contábil independente, que emitiu opinião sem ressalva, indicando que examinaram as demonstrações contábeis da SPPREV, informações estas que contemplam o balanço orçamentário financeiro e patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, bem como as

respectivas demonstrações de variações patrimoniais, o resultado dos fluxos de caixa, notas explicativas e o resumo das políticas contábeis, concluindo, por fim, que as demonstrações apresentam a situação patrimonial, financeira e orçamentária da SPPREV de forma adequada, utilizando como base para a opinião as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em sequência, explicaram o conceito de “parágrafo de ênfase”, que são os parágrafos incluídos no relatório do auditor de assuntos que são considerados fundamentalmente importantes para a compreensão das demonstrações contábeis. Ato contínuo, passaram a apresentar as “ênfases”, sendo a dependência de aporte de capital do Governo do Estado de São Paulo (pelo fato da autarquia adotar o orçamento de repartição simples, é responsabilidade do Governo aportar recursos para a manutenção das insuficiências financeiras), o regime contábil (que as demonstrações contábeis e notas explicativas para o semestre iniciados em 01 de janeiro e encerrados em 30 de julho de 2023, pode não ser adequada para outro propósito) e os eventos subsequentes (que os valores referentes ao superávit financeiro de exercícios anteriores não repassados no ano de 2024 para a SPPREV devem ser transferidos durante o exercício de 2025 e os efeitos da 11ª edição do manual de contabilidade aplicada ao setor público serão aplicados nas próximas demonstrações contábeis). Após o encerramento da apresentação, com a palavra, o Sr. Ediclei C. de Ávila, auditor independente, passou então a apresentar o Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis anuais (RAI), iniciando sua explanação explicando o conteúdo do relatório, que se subdivide em: escopo dos trabalhos, relatório dos auditores independentes e contato. Seguiu destacando que o escopo dos trabalhos da auditoria independente foram as demonstrações contábeis e controles internos da São Paulo Previdência para o exercício iniciado em 1º de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2024, de modo que o trabalho é realizado em dois semestres e produziu o referido relatório com as opiniões sem ressalvas e as ênfases. Seguiu apresentando que a opinião sem ressalvas da Auditoria é de que as demonstrações contábeis da São Paulo Previdência apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da autarquia, bem como estão de acordo com as normas vigentes e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. Ato contínuo, passou a apresentar as ênfases, que possuem caráter informativo, sendo assuntos relevantes mas que não determinam a necessidade de algum ajuste ou representam alguma inconsistência, sendo elas: a absorção das folhas de pagamento das aposentadorias do Poder Judiciário, Ministério Público, Poder Legislativo, Tribunal de Contas do Estado e das Universidades por força do Decreto nº 67.325/2022 (as folhas ainda são processadas nos entes e encaminhadas para a SPPREV), a dependência de aporte de capital do Governo do Estado de São Paulo (pelo fato da autarquia adotar o orçamento de repartição simples, é responsabilidade do Governo aportar recursos para a manutenção das insuficiências financeiras), o regime contábil (as contas são avaliadas com base na Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 10ª Edição, por se tratar de contabilidade pública) e, por fim, encerrou os eventos subsequentes (que em todo começo de ano é publicado um decreto referente ao exercício auditado que determina que os valores orçamentários seguem para o exercício seguinte e a publicação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 11ª Edição). Com a palavra, a Sra. Presidente Marina Brito Battilani colocou as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2024 e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Anuais (RAI) em deliberação, de modo que ambos restaram aprovados de forma unânime pela Diretoria Executiva da São Paulo Previdência. E, para constar, eu, João Victor Macgregor, Secretário da reunião da Diretoria Executiva, lavrei e subscrevo essa Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos presentes.

As demonstrações contábeis aprovadas pela Diretoria Executiva apresentam os seguintes valores:

|                                           | 31/12/2024      | 31/12/2023      |
|-------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Receita Orçamentária</b>               | 18.712.290.730  | 23.248.064.948  |
| <b>Despesa Orçamentária</b>               | 55.190.136.786  | 51.945.134.260  |
| <b>Ativo</b>                              | 5.218.321.418   | 5.036.654.261   |
| <b>Passivo</b>                            | 11.915.521.674  | 10.997.666.779  |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                 | (6.697.200.256) | (5.961.012.518) |
| <b>Resultado Patrimonial (VPA - VPD)</b>  | (579.560.861)   | (3.228.625.595) |
| <b>Caixa e Equivalente de Caixa Final</b> | 235.074.145     | 293.785.798     |

São Paulo, na data da assinatura digital.

**João Victor Macgregor**  
Assistente da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **João Victor Macgregor, Assistente IV**, em 20/03/2025, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Zanelli, Diretor**, em 20/03/2025, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Dos Santos Lima, Vice-Presidente**, em 20/03/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Antonio De Godoy, Diretor**, em 20/03/2025, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Moura Robles, Diretor**, em 20/03/2025, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Afonso Barcelos Moraes, Diretor**, em 20/03/2025, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente**, em 20/03/2025, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0060479964 e o código CRC 99DF3AD4.